

ATA DA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 08-6-2022.

Aos oito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu-se, de forma presencial, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cintia Rockenbach, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D`Ávila, Laura Sito, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Aldacir Oliboni, Cezar Augusto Schirmer, Claudio Janta, Daiana Santos, Fernanda Barth, Jonas Reis, Karen Santos, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Matheus Gomes, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Pedro Ruas e Roberto Robaina. À MESA, foram encaminhados: os Projetos de Lei do Legislativo nºs 380/21 e 023 e 098/22 (Processos nºs 0829/21 e 0052 e 0189/22, respectivamente) de autoria de Cláudia Araújo; o Projeto de Lei do Legislativo nº 444/21 (Processo nº 1043/21), de autoria de Artur Goulart; e o Projeto de Lei do Legislativo nº 187/22 (Processo nº 0336/22), de autoria de Luigi Bertacco. Às quatorze horas e vinte cinco minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por José Freitas, solicitando o adiamento, por uma sessão, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 073/21 (Processo nº 0235/21). Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 116/21 (Processo nº 0315/21). Foram aprovadas as Emendas nº 01, 04 e 05 apostas ao Projeto de Lei do Legislativo nº 116/21. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 116/21, após ser encaminhado à votação por Aldacir Oliboni. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 031/21 (Processo nº 0898/21), por vinte e um votos SIM, dez votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, após ser discutido por Aldacir Oliboni, Roberto Robaina, Jonas Reis, Mônica Leal, Daiana Santos, Bruna Rodrigues e Airto Ferronato e encaminhado à votação por Karen Santos, Cassiá Carpes, Leonel Radde, Claudio Janta, Aldacir Oliboni e Claudio Janta, em votação nominal determinada pelo Presidente, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Cintia Rockenbach, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário, votado Não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina, e optado pela Abstenção Cláudia Araújo. Foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Cláudia Araújo, ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 016/21 (Proc. nº 0717/21). Foram apregoados o Projeto

de Lei do Legislativo nº 239/22 e o Projeto de Resolução nº 031/22 (Processos nºs 0464 e 0465/22, respectivamente), de autoria da Mesa Diretora. Foi apregoado Requerimento de autoria de Cláudia Araújo, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 016/21. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 016/21 (Processo nº 0717/21), por vinte e três votos SIM e dez votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Aldacir Oliboni, Jonas Reis, Claudio Janta, Roberto Robaina e Cláudia Araújo, em votação nominal determinada pelo Presidente, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cezar Augusto Schirmer, Cintia Rockenbach, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Giovane Byl, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal e Ramiro Rosário, e votado Não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina. Às dezesseis horas e nove minutos, foi encerrada a Ordem do Dia. Na oportunidade, foram registradas intenções de voto favorável ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 016/21 por parte de Mauro Zacher e Psicóloga Tanise Sabino. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 022/21 e o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 044/22; e, em 2ª Sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 622/21 e 214/22. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Lourdes Sprenger, Alexandre Bobadra e Moisés Barboza. Na oportunidade, por solicitação de Pedro Ruas, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Índio Vargas. Às dezesseis horas e vinte e oito minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Idenir Cecchim e Pedro Ruas. Do que foi lavrada a presente ata, que será submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 14h25min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em votação o requerimento de autoria do Ver. José Freitas, solicitando o adiamento da discussão do PLL nº 073/21 por uma sessão. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0315/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 116/21, de autoria da Ver^a Psicóloga Tanise Sabino, que estabelece a implantação de ambulatorios para atendimento a pacientes recuperados da Covid-19 que apresentem complicações decorrentes da doença residentes no Município de Porto Alegre. (SEI 215.00039/2021-17)

Pareceres:

- da **CCJ**. Relatora Ver^a Comandante Nádia: pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CEFOP**. Relator Ver. Airto Ferronato: pela rejeição do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Hamilton Sossmeier: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **COSMAM**. Relator Ver. José Freitas: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. José Freitas;
- com Emendas nºs 04 e 05, da Ver^a Psicóloga Tanise Sabino (Líder da Bancada do PTB);
- retiradas as Emendas nºs 02 e 03;
- adiada a discussão por uma Sessão em 18-05-22;
- adiada a discussão por uma Sessão em 23-05-22;
- adiada a discussão por duas Sessões em 25-05-22;
- incluído na Ordem do Dia em 07-03-22.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em discussão o PLL nº 116/21. (Pausa.) Não Há quem queira discutir.

Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 116/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**, com a contrariedade do Ver. Roberto Robaina.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura da Emenda nº 04 ao PLL 116/21.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação a Emenda nº 04 ao PLL nº 116/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**, com a contrariedade dos vereadores Roberto Robaina, Mari Pimentel e Felipe Camozzato.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura da Emenda nº 05 ao PLL 116/21.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação a Emenda nº 05 ao PLL nº 116/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**, com a contrariedade da Ver.^a Mari Pimentel e do Ver. Felipe Camozzato.

Em votação o PLL nº 116/21. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, colegas vereadores e vereadoras, público que está acompanhando a nossa sessão nesta tarde; este projeto que a nobre colega Ver.^a Tanise Sabino apresentou e estamos votando, até estranhei que a nobre vereadora não se pronunciou ainda, ele foi discutido, inclusive, na Comissão de Saúde e Meio Ambiente, da qual faço parte. O detalhamento desse projeto, vou repetir aqui, para que os cidadãos que estão acompanhando percebam: de autoria da Ver.^a Tanise, estabelece a implementação de ambulatório para atendimento a pacientes recuperados da covid-19 que apresentam complicações decorrentes da doença e residentes no município de Porto Alegre. Corretíssimo. Os senhores têm algum dado, alguma informação, Ver.^a Mônica, de colegas, de cidadãos que, após a covid, ficaram com grandes sequelas, procuraram o serviço público e não encontraram? Eu tenho muitos amigos, conhecidos que se utilizam do SUS. O governo só ofertou esse serviço no IAPI por um determinado tempo, mas não divulgou. A emenda, eu estava ouvindo atentamente o que a vereadora salienta, fala de ambulatórios multidisciplinares. Nós temos que ter as diversas especialidades nesses ambulatórios, por isso, multidisciplinares, porque muitas pessoas que ficaram com sequelas no pulmão, elas têm que ter um pneumologista, muitas pessoas que tiveram outras sequelas têm que ter aquele especialista, porque lá unidade de saúde eles fazem um atendimento de clínico geral, Ver. Cassiá, e depois encaminham para o especialista. Os senhores sabem quantas mil pessoas têm na fila para especialista? Segundo o secretário, numa reunião nossa, desde 2019 tinha mais de 20 mil pessoas aguardando. Ora, se nós temos um programa, como a vereadora está propondo, para que esses sequelados da covid tenham, em tese, prioridade, por que o governo não faz um programa específico? A covid ainda está aí. Há muitas pessoas, inclusive aqui na Câmara, pegando covid. Há muitas pessoas que continuam com sequelas, embora a vacina esteja disponível. Assim mesmo, as pessoas precisam do afastamento. Então, pessoal, vamos prestar atenção, este aqui é um projeto que dialoga com a vida do ser humano, nós temos que ter cuidado, nós temos que fazer com o governo tenha responsabilidade, porque ele recebe o dinheiro de fundo a fundo, e é muita grana, além dos 15% que ele é obrigado a investir em saúde pública. Portanto, as portas abertas, lá da unidade de saúde, do pronto atendimento, das emergências, dos ambulatórios, dos hospitais, é um compromisso do poder público, e ele, muitas vezes, não tem, como aconteceu quando ele terceirizou a Atenção Básica; como aconteceu agora, em tempos de combate ao mosquito da dengue, tendo 30 vagas, ele chamou 3, e nós estamos com o surto da dengue de mais de 2 mil pessoas. Eu acho que a Secretaria da Saúde tem que ter mais cuidado, tem que andar mais depressa. Os senhores sabem quanto eles investiram no primeiro quadrimestre

deste ano, em saúde pública? Doze por cento! Ele é obrigado a investir 15%. Isso significa muita grana que não foi aplicada na saúde. Mas me parece que a preocupação é outra: é o centro da cidade, é o 4º Distrito, e as unidades de saúde e os prontos atendimentos ficam, eu diria, até abandonados, porque o posto de saúde da Cruzeiro, o PA, está com falta de servidores, como na grande rede municipal de atenção à saúde. Pessoal, vamos ter cuidado e vamos cobrar mais do governo, essa é que é a verdade. Parabéns à vereadora.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o PLL nº 116/21. (Pausa) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a contrariedade da Ver^a Mari Pimentel do Ver. Felipe Camozzato.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0898/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 031/21, que revoga a al. *d* do inc. I do art. 3º da Lei nº 12.865, de 3 de setembro de 2021. **(IMESF/Plano Plurianual/2022-2025) (SEI 118.00275/2021-50)**

Parecer:

- da **CEFOP**. Relator Ver. Mauro Zacher: pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 23-02-22.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em discussão o PLE nº 031/21. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Estou voltando à tribuna, porque este projeto nos preocupa muito, Ver. Roberto Robaina, porque o governo dia que o IMESF foi extinto. O IMESF não foi extinto. Tem que ter uma política para a Atenção Básica, e quem hoje gerencia a Atenção Básica é o IMESF e parte dela, é essa dita terceirização que o governo Marchezan e o governo Melo ampliou – a terceirização da Atenção Básica. Mas o IMESF não foi extinto. O que acontece com esse projeto de lei? O PCdoB fez uma emenda lá no PPA para que se mantivesse a política de ampliação da Atenção Básica e IMESF em Porto Alegre. O governo, naquela ocasião, aceitou a emenda. Agora está fazendo esse projeto de lei tirando a emenda que aprovamos no PPA. Olha a incoerência! Essa incoerência está, até porque o IMESF

existe, como eu dizia anteriormente. Hoje, parte está com o IMESF, porque os trabalhadores do IMESF estão integrados com esse conjunto de trabalhadores que os hospitais filantrópicos absorveram com a terceirização. As Equipes de Saúde da Família estão, de certa forma, integradas, nem todos são dos terceirizados, porque os agentes comunitários de saúde, os agentes de endemias são servidores públicos e uma outra parte foi reintegrada, via ação judicial, porque eles recorreram à justiça. Portanto o IMESF continua, e o governo está querendo tirar isso que nós aprovamos do PPA. Acho que é uma grande incoerência. É óbvio que nós queremos que os colegas vereadores repensem isso. Nós temos que continuar com a política de apoio, de incentivo e de ampliação da Atenção Básica. Hoje, em Porto Alegre, o Município dá cobertura a 65% da população de Porto Alegre na Atenção Básica. Ela tem que ter 100% de cobertura, sabem por quê? Porque 95% do recurso que mantém a Atenção Básica vem do governo federal. Por que extinguir essa política? Só porque querem entregar para as terceirizadas? Não! Até nem deveria ser terceirizado; é inconstitucional, porque só podem terceirizar ações complementares, e o governo se equivocou. Nas ações complementares só podem segurança, limpeza, merendeiras, como acontece, por exemplo, na área da habitação. Ele não poderia ter terceirizado a função-fim, que é o atendimento da Atenção Básica, mas está aí o governo cometendo suas incongruências.

Por isso eu pediria para que nós votemos contrários a este projeto do governo, porque é uma incoerência com a própria realidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLL nº 031//21.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde Presidente Cecchim, Luiz Afonso, vereadores e vereadoras, público que assiste pela TV Câmara. Este é um tema, Ver. Oliboni, que permite à Câmara acertar. Se Câmara votou corretamente, ao definir que é preciso incentivar o IMESF, ampliar a Atenção Básica, e a Atenção Básica tem sido organizada pelo IMESF, a Câmara acertou, e, ao agora propor a revogação dessa política, a Câmara, na verdade, está fazendo um desserviço à saúde pública.

Eu quero crer que nós vamos manter a orientação que foi votada, como muito bem lembrou o Ver. Oliboni, por uma proposição da bancada do PCdoB, que foi acatada, não sei se foi por unanimidade, mas foi acatada, agora o governo quer revogar. A lógica da revogação a gente sabe qual é, a lógica da revogação, Ver. Oliboni, se eu estiver equivocado o vereador me corrige, é a privatização da saúde e a privatização da Atenção Básica, que é proibida pela Constituição, mas que o governo, via as terceirizações, está tentando ser vanguarda aqui no Município de Porto Alegre. O prefeito Marchezan buscou fazer isso, na época teve um decreto nacional do Bolsonaro prevendo a terceirização generalizada na área da Atenção Básica, o governo federal

recuou, mas, nesse mesmo momento, o prefeito Marchezan fazia a sua ofensiva contra a Atenção Básica pública, contra uma política que priorize a Atenção Básica, que priorize a população pobre e que faça desse serviço um lugar de investimento capitalista, que faça dessa necessidade social, da necessidade da saúde, uma oportunidade de negócios para auferir lucros. E é essa a orientação que o governo Melo está seguindo, a mesma orientação do prefeito Marchezan. Bem, em parte, Presidente Cecchim, eu considero que a derrota do prefeito Marchezan nas eleições foi devido a sua política intransigente em relação a Atenção Básica, porque nós tivemos, em 2019, 2020, até 2021; na verdade, o ano da última eleição municipal foi um ano em que os trabalhadores e as trabalhadoras da saúde, da Atenção Básica, do IMESF, fizeram uma mobilização intensa, que acabou se politizando, no sentido de identificar, no governo, o responsável por um projeto que iria produzir demissões em massa, iria desqualificar o serviço de saúde, além de produzir um processo de privatização. Eles fizeram essa mobilização, que acabou tendo como resultado político a derrota do governo Marchezan; evidentemente, não foi só por isso, mas isso contou. E agora o governo Melo, depois das eleições, evidentemente, acabou aplicando o mesmo projeto que foi derrotado nas eleições; então, desse ponto de vista, é um estelionato eleitoral. Eu fico, de uma certa forma, surpreso que a Câmara tenha aprovado essa política, essa emenda, em que o IMESF é fortalecido. Eu fiquei surpreso, porque tenho visto que a Câmara de Vereadores tem sido - vou usar uma expressão talvez um pouco forte - um cartório, alguma coisa desse tipo, para avalizar, de modo permanente, qualquer política que o Sebastião Melo traga para esta Câmara - a Câmara aprova tudo; eu não vi nada que a Câmara tenha rejeitado. E nem debate muito, não sei se pensa muito também, debater, não vejo debate nenhum; não sei se o pessoal pensa e não fala, mas debate eu não vejo nenhum, vejo os projetos do Melo serem aprovados o tempo inteiro. De vez em quando ocorre zebra; eu não entendi como é que foi aprovada essa emenda, mas ela foi aprovada. Não sei se o líder do governo estava aí em transição? Não se sabia se era a Nádia, se era o Janta, não me lembro bem qual era a situação, mas ela foi aprovada. E eu pensei comigo, pô, a Câmara de Vereadores atuando a serviço da população, a Câmara de Vereadores pensando uma política pública de incentivo à Atenção Básica! Fiquei feliz! Agora vem essa proposta.

Então, a gente tem que, às vezes, rir para não chorar, mas dizia o velho filósofo Espinosa, nem rir nem chorar; o que interessa é compreender. E eu compreendo, se a Câmara aprovar essa proposta do governo, que a Câmara vai estar, novamente, aceitando ser cartório, avalizando tudo que o governo propôs, mesmo, depois, de a Câmara ter aprovado, e eu vou ter confirmado que aquela votação foi realmente uma zebra, um ponto fora da curva, uma distração da base incondicional de apoio ao governo. E, infelizmente, aquela ideia de que a Câmara poderia estar produzindo uma política favorável ao povo não passou, neste caso, de uma ilusão minha. Mas, quem sabe, não seja assim, e a gente, Ver. Oliboni, consiga manter essa política pública de incentivo ao IMESF. Oxalá, eu esteja errado. E os vereadores e vereadoras da base de sustentação incondicional e, às vezes, sem reflexão do governo

do “Marchezan”, foi um ato falho, porque parece que é o mesmo governo, pois a linha é a mesma, só a base de sustentação parlamentar mais sólida.

Então eu agradeço ao Presidente aqui pela oportunidade, pelo tempo que me foi concedido, e proponho que a gente mantenha uma política de defesa ao IMESF, que significa manter a proposição feita pela bancada do PCdoB. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLE nº 031/21.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha este debate sobre a Estratégia Saúde da Família. A gente sabe que essa pobreza só aumentou com o descompasso da nossa economia nacional com o resto do mundo. Nós não temos condições neste País, da forma como está, de garantir saúde para todo mundo. E aí, quando o Município de Porto Alegre, que aumentou a sua receita, ao invés de ampliar o acesso à saúde da família, reduz. O Marchezan fechou 11 postos de saúde – 11 postos! E aí o prefeito Mello não resolveu. Não resolveu. Qual foi a fórmula mágica do Marchezan? Passar tudo para a iniciativa privada, como se saúde fosse mercadoria. Não é mercadoria! Saúde é um direito humano, garantido, inclusive, na nossa Carta Constitucional. Aí, me perguntem: como estão os trabalhadores agora terceirizados? Trabalhando sob pressão, eles, que estão lá para salvar a vida da população, estão sendo assediados, porque agora sabem o que tem? A palavra mágica: produtividade. Já não se consegue sentar com o médico e falar tudo que se sente, para que o diagnóstico possa ser mais preciso possível. Não, o médico tem uma faca no pescoço do hospital privado, tem que produzir, quanto mais consultas melhor. Esse é o modelo errado, prefeito Mello, errado para a saúde de Porto Alegre, isso não pode continuar dessa forma.

Eu queria lembrar também dos grupos que existiam nos postos de saúde do IMESF, grupos de educação e saúde para hipertensão, para diabetes, saúde mental, saúde da mulher, gestante, crianças pequenas, saúde bucal. Eles iam às escolas, vereadoras e vereadores, promover saúde bucal para a primeira infância, para os pequenininhos aprenderem. Eu falo por experiência própria, eu aprendi o modo certo de escovar os dentes na escola municipal Anísio Teixeira porque lá foi uma dentista palestrar para a gente e falar – eu era pequenininho, tinha 9 anos de idade. Então, a saúde não é só um posto aberto e um médico recebendo as pessoas de 5, de 10 em 10 minutos. Não é assim. Nós precisamos de equipe completa, de formação profissional, de acolhimento. Olhem a rotatividade que está hoje nos postos de saúde, alta rotatividade, porque o médico prefere trabalhar em Alvorada, em Canoas, em Novo Hamburgo, em Guaíba, em Eldorado do Sul, Gravataí, Cachoeirinha, porque ele vai ser concursado, a estar aqui na mão do hospital que ele pode ser demitido a qualquer momento. Rotatividade altíssima, e quem paga, vereadoras e vereadores, é a população porque não cria vínculo, cria um baixo acolhimento. Vejam bem, aqui não falo, de forma alguma,

contra esses trabalhadores, eles estão lá prestando serviço, eles estão lá prestando serviço público, sim. Meus parabéns a todo mundo que trabalha pelo SUS, e eles estão trabalhando. O problema é que, quando a saúde é transformada em mercadoria, sofre o trabalhador e sofre a população.

Queria dizer mais, nessa transição do IMESF para esse modelo privatizado, nós temos um grave problema, gravíssimo problema: os agentes de saúde estão com a sua carteira digital assinada como auxiliar de escritório! Eles não são auxiliares de escritório, Melo! Eles são trabalhadores da saúde. Ajeite isso! Que desrespeito, secretário Sparta! E, mais do que isso, o vale-alimentação, a insalubridade, o vale-transporte não estão sendo pagos aos agentes que foram trazidos para continuar trabalhando.

E o fundo de garantia, chegou a este vereador que o sagrado fundo de garantia não está sendo recolhido. Isso tudo está errado, prefeito Melo, o senhor tem a caneta na mão, pode consertar isso. O recurso vem de fundo a fundo, vem direto da União, não passa nem pelo Estado, não tem problema nenhum para resolver com o governador. Então, prefeito, está na sua mão fazer saúde de melhor qualidade, mas com as pessoas, para as pessoas e não com os megaempresários. E quero fechar aqui a minha participação dizendo que saúde não é mercadoria; é direito humano e nós temos que nos juntar para garantir isso com uma melhor qualidade possível para Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Mônica está com a palavra discutir o PLE n° 031/21.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, Presidente Cecchim, vereadores, vereadoras, colegas, quem nos assiste. Vereador Jonas, o senhor ocupou a tribuna há pouco para dizer que não entendia e não só não entendia como não concordava com a atitude do prefeito Melo, pois então eu subo à tribuna para lhe explicar de uma maneira muito simples. Isso que o senhor está vendo aqui, o projeto que revoga, que o Executivo mandou, nada mais é do que uma adequação a uma decisão do STF. O não cumprimento desta determinação pelo Município pode gerar apontamentos pelo Tribunal de Contas do Estado. Não existe possibilidade de fazer de outra forma. A lei existe para ser cumprida; ela é uma determinação. Muitas vezes a gente não gosta, mas é necessário que se faça sob pena de ter um apontamento, e quem vai responder por isso é o gestor, é o prefeito. Mas é importante dizer que extinguir não significa que não serão atendidas essas famílias, essas pessoas. É claro que serão, mas com uma outra estratégia. Isso está bem claro aqui. Eu entendo que muitas vezes é necessário que a gente chame o assessor jurídico. Foi que eu fiz. Eu chamei a Dra. Roberta, que é minha assessora juridicamente. Eu disse para ela exatamente isso: esmiuça, eu quero entender o que acontece aqui para poder, inclusive, explicar para os meus colegas. Então o prefeito Mello não acordou e pensou assim: “não, hoje eu vou

fazer isso porque me deu vontade”. Não, ele sabe, exatamente como um bom advogado que é, que tem que cumprir a determinação do STF, sob pena de ser responsabilizado como gestor e ter um apontamento.

E a outra questão Ver. Oliboni, o senhor também utilizou essa tribuna para fazer uma crítica ao nosso secretário Dr. Mauro Sparta, que é uma pessoa extremamente competente, dedicada, e eu imediatamente liguei para ele para saber sobre o assunto que o senhor trouxe aqui, de que a saúde não trata pós-covid, que esta gestão do Melo, que o prefeito está preocupado com a orla. Ora, Oliboni, meu colega querido de longa data, não, vamos esclarecer. Não é verdade. O prefeito Mello é um zelador desta cidade. Muitas vezes ele deixa de estar na imprensa para estar na vila vendo a necessidade, a falta de água. Eu mesma já acompanhei o prefeito nas andanças dele. Agora eu vou lhe dar a resposta do Dr. Mauro Sparta: “Pós-covid, cada hospital cuida do paciente que ali entrou com covid.” Digamos que o Hospital de Clínicas recebeu um paciente com covid, é o Clínicas que vai tratar do pós-covid. O Hospital Conceição recebeu um paciente, o GHC recebeu um paciente com covid; é aquele hospital que vai tratar do pós-covid. É essa a determinação, é essa a preocupação, porque precisa ser feito de acordo com cada paciente. Eu, por exemplo peguei covid no início do ano, e sabem o que é que eu tive? Uma gripe. O meu irmão pegou covid, foi para o hospital e foi entubado. Então, cada pessoa, cada organismo reage de uma maneira. Está aqui o Ver. Moisés, que pode dizer. Eu encontrei com a esposa dele no mesmo período em que o meu irmão estava hospitalizado e foi parar na UTI, foi entubado. Então, não é assim, gente. Não vamos utilizar a saúde para politizar. Eu não vou admitir isso aqui. O Melo e o Dr. Mauro Sparta fizeram o melhor, e Porto Alegre foi um exemplo para todo o País, como vacinação. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra para discutir o PLE nº 031/21.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas. Eu venho a esta tribuna para falar justamente sobre algo que é central, ou deveria ser. E, neste momento, me parece que vem sendo utilizado - aliás, ao longo do período da pandemia - somente como uma forma muito rasa, muito desqualificada de um debate relacionado à saúde. É absurdo, é muito absurdo que o Município venha a fazer o debate acerca dessa emenda que foi colocada, votada e passou por todos os trâmites necessários para ser inclusa no PPA, e agora vem sendo retirada.

Ora, quando a gente fala sobre isso, a gente está falando da atenção básica, do acesso, da garantia do direito, do SUS, que é universal, principalmente no atendimento a uma população que tem como porta de entrada a Atenção Básica. E essa Atenção Básica sempre muito bem conduzida pela Estratégia da Saúde da Família, e falo do IMESF, e que, óbvio, quem vai pagar essa conta e quem vai, de fato, ser penalizado por essa irresponsabilidade do Município com essa retirada é a população. É

preciso compreender que isso é trágico, é trágico para a população de Porto Alegre, é trágico para saúde pública de Porto Alegre, é trágico para todo um contexto que já é extremamente desfavorável relacionado à saúde. E o assentar das desigualdades, Ver.^a Karen, é olhar para essa relação de extremo desfavorecimento pensando saúde no contexto mais amplo, em uma cidade onde a gente vê agora novamente a volta da fome, onde a gente vê, de forma muito dura, o desemprego, o aumento da população em situação de rua, a vulnerabilidade das pessoas. Nós, ao invés de tratar saúde como algo central, ficamos aqui debatendo e rebatendo as emendas que já estavam consolidadas. É absurdo, é desrespeitoso, e principalmente, enquanto liderança da bancada do PCdoB, eu falo que é desrespeitoso conosco, que propusemos, de forma muito bem pensada, estruturada, dialogada, debatida com quem realmente interessa. Então fica aqui a nossa indignação, o nosso repúdio a este ato impensado e totalmente deslocado da realidade que vem sendo proposto com a retirada dessa emenda do PPA.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para discutir o PLE nº 031/21.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Boa tarde, Ver. Cecchim, boa tarde aos vereadores colegas que compõem a sessão, às pessoas que acompanham a partir da TV Câmara. Infelizmente subi a esta tribuna para fazer mais uma defesa vigorosa da importância do IMESF. É mais uma vez subir à tribuna para falar o óbvio. O Ver. Robaina disse aqui que a gente está discutindo a privatização da saúde. E eu iria mais fundo, Ver. Robaina, para além da privatização, nós estamos destruindo - estamos não, eu sou contrária - da saúde pública de Porto Alegre, que já não anda bem. Quem acompanha a discussão na saúde de Porto Alegre, quem tem andado nos postos de saúde, quem tem discutido as filas quilométricas das especialidades em Porto Alegre sabe que essa emenda assegura a qualidade e o bom atendimento da Atenção Básica na cidade, e tem tido um impacto com a redução de investimentos e com a privatização tremendo.

Eu fico aqui pensando e tenho falado constantemente nos espaços em que me cabe, que essa cidade seletiva, essa cidade que se desenvolve para uns, mas que piora, gradativamente, para outros, é muito triste. É muito triste fazer parte de uma parcela da população que tem cada vez menos acesso à saúde. E eu, mais uma vez, sou contrária ao que o Ver. Robaina disse aqui. Esta Casa tinha entendimento quando aprovou essa emenda, esse não foi um descuido, Ver. Robaina. Pode ter sido uma malandragem, aí pode; na grande discussão, na aprovação das emendas para acelerar o processo, aí pode ter sido, pode ter rolado essa aprovação, para que depois o prefeito trouxesse o veto. Agora é muito triste. Muito triste saber que o prefeito que se comprometeu com a boa saúde, o bom atendimento e o bom desenvolvimento da saúde pública em Porto Alegre, mais uma vez, dá sinais de que não tem compromisso com a saúde pública de Porto Alegre. Vetar o que a Câmara decidiu, ou uma contribuição da

Câmara a uma discussão tão importante, é, sem dúvida nenhuma, fingir que não está vendo e passar panos quentes para os grandes problemas que a saúde enfrenta hoje. Eu não sei se os vereadores ou as vereadoras têm visitado os postos de saúde e vivenciado os dias difíceis que aquelas filas, lá de antigamente, que vieram, voltaram a acontecer, têm impactado de forma negativa a vida das nossas famílias. É muito triste, Ver. Janta, líder do governo, saber que esta Casa contribuiu significativamente para o desenvolvimento da saúde e que o prefeito Melo veta. Mas eu acho que a contribuição que nós temos que dar é reafirmar o posicionamento dessa Casa, é reafirmar o posicionamento dos vereadores que contribuíram, pois essa contribuição é fundamental para retomada de uma saúde pública de qualidade onde todos e todas tenham acesso. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLE nº 031/21.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, eu sempre votei favorável e defendi a presença e a continuidade do IMESF, e sempre falei que foi um erro o ingresso na justiça contra o IMESF. Também votei favorável a essa emenda que está se discutindo agora. Nós sabemos que as emendas não impositivas são autorizativas, o prefeito executa se acha que deve executar. Li o parecer do Ver. Mauro Zacher, que é favorável ao projeto; li também a exposição de motivos do projeto, onde consta que há uma determinação da justiça para isso. Por isso, na minha visão, não temos outra alternativa senão votar favoráveis ao projeto, e assim eu vou votar. Se há uma determinação judicial, da justiça, nós não temos como preservar a emenda e não ser executada. Portanto, acredito que o bom caminho é a aprovação do projeto. Obrigado, um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o PLE nº 031/21. (Pausa.) A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todos e a todas; subo para encaminhar pela rejeição deste veto. A gente vem acompanhando um grupo de agentes de saúde que passaram no último concurso público e que ainda não foram convocados para assumir as suas funções. A gente sabe que a questão do IMESF teve diversos desdobramentos jurídicos, com compromisso de vereadores que estão dentro desta Casa, tanto para sua criação quanto para sua extinção. Os cargos hoje vinculados à política do IMESF existem, mas são cargos em extinção, ou seja, no médio prazo, realmente o instituto deixará de existir. Existe um concurso na ativa, com trabalhadoras

que foram aprovadas e que estão esperando serem convocadas para as unidades de saúde que estão sem agentes. Então, é importante, sim, que se acelere o processo de convocação das agentes que passaram no último processo seletivo. Nós, junto com a Secretaria de Saúde, criamos um grupo de trabalho para tentar facilitar a incorporação dessas trabalhadoras, independente dos territórios de origem delas, que é uma discussão conceitual e legal, mas que é importante considerar que há demandas no Município e há trabalhadoras perto dos territórios de origem que precisam ser alocadas para cumprir suas funções.

A emenda, nesse sentido, por mais que se coloque ainda a existência do Instituto Municipal da Estratégia da Saúde da Família, que sabemos da relação jurídica precária que envolve a existência do instituto hoje, entendemos que é necessário promover e ampliar as ações da Estratégia da Saúde da Família. Nesse sentido, na construção da emenda ao Plano Plurianual, votamos favoravelmente, porque há uma necessidade, sobretudo, num momento de aumento da contaminação por Covid-19, de pessoas contaminadas com dengue, da chegada do inverno, que, como todo inverno na região sul, precariza e fragiliza, sobretudo, as comunidades mais pobres. As agentes de saúde são fundamentais para entrar nos bicos e vielas e aferir a saúde da nossa população. É importante, sim, promover e ampliar as ações da Estratégia da Saúde da Família, vinculadas ou não ao IMESF. Sabemos que o IMESF está com uma situação jurídica precária. Sabemos que deixará de existir quando os trabalhadores se aposentarem, são cargos em extinção, mas isso não substitui a existência do programa federal. Por isso é importante a manutenção dessa emenda que foi construída pelos companheiros do PCdoB, porque trata de uma necessidade de Porto Alegre, apesar de todos os problemas que foram criados por este Parlamento para a execução dessa política de uma forma integral.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 031/21.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudar o Presidente Cecchim, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; novamente nós caímos naquela mesmice do IMESF, que foi provocado pela oposição, diga-se de passagem, no supremo. Foi aí que foi extinto o IMESF. E a esquerda bate sempre nessa tecla para querer desviar o assunto e tirar a sua responsabilidade de ter terminado com o IMESF. O que quer a Prefeitura com essa questão? Ocorre que, como falei, o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direta de Inconstitucionalidade, declarou o Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família – o IMESF..., que vocês, ou através dos seus sindicatos, terminaram, entraram na justiça. Então ele não existe mais por causa disso. Não é por causa do prefeito. Só que agora tem que revogar, tirar essa nomenclatura lá, que já está há muito tempo substituído por outras ações do governo na área da saúde. Muitos já estão até empregados. Mas a esquerda tem essa tradição de bater na mesma tecla, Ver. Janta, e

tentar impressionar, como se não tivessem culpa. Eles foram os culpados de o IMESF terminar – tem que ficar bem claro – mas eles não querem aceitar. Ou vocês querem que nós falemos que foi o sindicato de vocês que fez isso? Dá na mesma. Para nós, dá na mesma. Mas foi um posicionamento de vocês. Se vocês tivessem, naquela oportunidade, se dado conta de que vocês iam trazer um prejuízo enorme para Porto Alegre..., que hoje já não é mais prejuízo, porque já foi amparada de outras formas a saúde em Porto Alegre. O Ver. Jonas sabe bem, o Simpa foi um exemplo de quem entrou na justiça para terminar com o IMESF.

A gente fica ouvindo sempre aqui, Ver. Schirmer, a mesma coisa, eles fizeram isso, terminaram com o IMESF, mas eles batem na tecla para a população ser enganada, para a população entender que eles estão lutando a favor daquele pessoal, quando eles arrasaram com o IMESF, tirando o emprego de milhares de pessoas. Então essa é a questão, e a gente tem que dizer claramente para quem está nos ouvindo que, maquiavelicamente, a esquerda faz essas manobras para tentar iludir. É aquilo que eu digo sempre, a esquerda radical não defende o pobre; ela defende a pobreza. São coisas diferentes. Enquanto tiver pobreza, eles vão existir, e, como sempre vai ter pobreza, com qualquer governo – até com o deles, que foi quando se acentuou muito a pobreza –, eles vão seguir dizendo que vão lutar pela pobreza.

Então, na realidade, o encaminhamento faz com que o nosso partido, temos coesão, entendemos: por que ficar, se já há inconstitucionalidade, no Plano Plurianual essa nomenclatura apenas, quando outros processos já estão sendo amparados na saúde de Porto Alegre? Tem problemas a saúde? Onde que não tem problema? O governo de vocês resolveu todos os problemas da saúde? Não, não iria resolver, e ninguém vai resolver, é um problema crucial, Jonas, é um problema crucial o da saúde, e olha que o orçamento é grande em todos os governos – muito grande! Eu concordo com o amigo: muitas vezes, o que falta é gestão, em todos os governos. Mas, como nós estamos falando especificamente do IMESF, foi terminado por vocês. Se vocês estivessem aqui no plenário defendendo, naquela oportunidade, quem sabe não seria, mas vocês fizeram o contrário, foram para o Supremo para terminar com o IMESF, e foi o que aconteceu, culpa de vocês. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 031/21.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas vereadores e vereadoras; boa tarde, público que nos assiste pela TVCâmara. Nós temos uma situação muito complexa, uma situação extremamente triste acontecendo aqui, neste momento, que é a retirada, de dentro do Plano Plurianual, de uma emenda que tinha como objetivo remeter recursos para a saúde básica, e nós sabemos que, neste momento, a cidade vive uma epidemia – podemos chamar assim – envolvendo a dengue. Isso tem uma relação direta com os agentes de endemias. No

postão da Bom Jesus faltam médicos pediatras; os CRAS terceirizados estão fechados por falta de servidores, então existe uma desestrutura na Atenção Básica, na saúde. E essa lógica de retirar uma emenda ao Orçamento que defendia o acesso à saúde da população é inimaginável. Se fala muito durante o período eleitoral que nós temos que investir em saúde, educação e segurança, e, no fim, retiramos recursos destinados no momento em que a gente retira determinado artigo do Plano Plurianual. Justamente a mesma Prefeitura que destinou R\$ 1.700 milhão para uma compensação vegetal, em uma obra multimilionária da Havan - do velho da Havan, do Zé Carioca -, recebendo dinheiro público do DMAE, justamente o DMAE que também está nessa lógica de entrega, de precarização, dizendo que está quebrado, que não tem recursos, destinando R\$ 1.700 milhão para uma obra privada na nossa capital de uma empresa envolvida em corrupção e sonegação, enquanto a saúde está nessa situação calamitosa no nosso Município. É vergonhoso Porto Alegre, é vergonhoso que nós estejamos debatendo isso e que, provavelmente, será aprovado aqui, porque temos uma maioria avassaladora que pertence à base governista, que inclusive bloqueia CPIs, porque esse caso que eu narrei agora do DMAE com a Havan, com essa compensação absurda, aliás, dizem que cada muda custaria na média de R\$ 100, Ver. Oliboni, quando vai comprar uma muda de árvore, uma frutífera, vai pagar R\$ 100? Mas é de ouro? Na média é R\$ 8 ou R\$ 10! Então tem muita água para passar por debaixo da ponte. Essa é a ponta do *iceberg*. Nós não aceitaremos que essa emenda do plano plurianual, vinculada à saúde da nossa população, seja derrubada aqui nessa Câmara. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 031/21.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Boa tarde, Sr. Presidente Idenir Cecchim, colegas vereadores; o que começa a me surpreender é quando os vereadores da oposição sobem neste púlpito e não são capazes de fazerem autocrítica. Os vereadores – vereadora, a senhora fique quieta que eu estou falando, a senhora falou, eu fiquei quieto – deveriam subir aqui e dizer: “Nós, da oposição, viemos pedir desculpas à população de Porto Alegre, porque nós entramos na justiça contra o IMESF. Nós fomos os causadores do que ocorre hoje.” Foram os causadores. Aí fica vendendo para a população o que se ouviu aqui, que foi aprovado aqui nesta Casa um projeto de *fake news*. E o Ver. Leonel Radde acabou de fazer uma *fake news* gravíssima aqui, que hoje deverão estar nas redes em seguida, dizendo que o governo quer acabar com a saúde básica. Isso é uma mentira, é uma mentira deslavada. O que nós estamos fazendo aqui, por decisão judicial, julgado, decidido pelo Supremo Tribunal Federal, que disse que acabou o IMESF, é simplesmente não querendo que os gestores públicos paguem por algo que eles não podem fazer. Se não existe o IMESF, como é que nós vamos ficar mandando recurso até 2025 para algo que não existe. Aí eles não falam aqui que já foram contratados 422 agentes do IMESF pelo governo e que 20 tiveram reintegração, e

o governo nem recorreu da decisão de reintegração. Isso não falam. Não são capazes de falar das demoras das filas, cada vez demora mais nas filas, as demandas na saúde cresceram 30,4%, as filas de espera são de no mínimo três horas, chegando a seis, sete horas, a fila de espera. Isso eles não falam. Que os pediatras cobravam R\$ 180, agora estão cobrando R\$ 350 – isso eles não falam. Que a saúde pública está quebrada – isso eles não dizem. Sabem por que eles não dizem? Porque aconteceu num colapso pré-pandemia. Nada disso falam aqui. Isso é a realidade da saúde, aqui, do lado, em São Leopoldo. Não adianta fazer careta, eu não estou mentindo, está na imprensa que a fila de espera em São Leopoldo é de três a cinco horas; está na imprensa que se está levando muito tempo para fazer cirurgia em São Leopoldo. Não é *fake News*, não é o vereador Janta que está aqui inventando; está na imprensa. E quem disse que isso é um efeito pós-pandemia não fui, foi o Prefeito Ary Vanazzi. Essa é a realidade do gestor público. Agora, tem partidos aqui que há muito tempo não administram nada; só fazem discurso de quanto pior melhor. Mas não se pode ocultar a verdade. Quem acabou com IMESF não foi o Fortunati, quem acabou com o IMESF não foi o Marchezan, quem acabou com o IMESF não foi o Melo, quem acabou com o IMESF foi a oposição, junto com o sindicato, que entrou na justiça! Entraram, recorreram, e aí, quando viram que tinham feito errado, não foram capazes, até hoje, de subir aqui, fazer uma autocrítica e pedir desculpas para a população de Porto Alegre. Que coisa bonita seria vir aqui pedir desculpas para a população de Porto Alegre, admitindo que entraram na justiça e provocaram isso. O governo já absorveu mais de 422 agentes de saúde, o governo não deixou de fazer as políticas públicas para saúde; agora, não pode tirar dinheiro do orçamento e colocar em algo que vai punir o gestor público lá na frente. Não existe mais o instituto; ele foi decepado pela justiça por ações judiciais para acabar com o instituto, e foi feita a vontade, no Judiciário, na última instância da justiça brasileira, que é o Supremo Tribunal Federal, que determinou o fechamento do IMESF.

Por isso, nós estamos encaminhando a votação desse projeto para que não se fique mais dando recursos do orçamento para algo que não existe, que esse recurso vá, de fato, para a saúde, que esse recurso vá lá para a ponta, para UBSs, para os agentes de saúde. É isso que nós estamos fazendo com esse projeto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Quero anunciar a presença do Ver. Rafael Rufino da Costa, do MDB, presidente, em exercício, da Câmara Municipal de Santa Rosa. Se Vossa Excelência quiser, pode acompanhar a sessão daqui da Mesa. Seja bem-vindo.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 031/21, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, colegas vereadores e vereadoras; o nobre colega Ver. Claudio Janta acaba de cometer uma *fake*

news. Ver Janta, V. Exa. mentiu aqui. V. Exa. disse que esse recurso foi encaminhado pela oposição e pelo sindicato. A oposição não encaminhou nada, eu estou aqui há 20 anos, cinco mandatos. Quem encaminhou foram os sindicatos, por entenderem que, naquela época, o que poderia ser feito era uma fundação de direito público. Nós fizemos um substitutivo naquela ocasião, o governo não aceitou. Nós fizemos um embate importante em que, inclusive, o Ver. Sebastião Melo, na ocasião, hoje, prefeito, votou favoravelmente. Agora, como prefeito, ele continua a política do prefeito anterior de extinguir o IMESF sem tratar com os trabalhadores e os seus segmentos a absorção desses trabalhadores. O pior disso: extinguiu o IMESF, demitiu 1.800 trabalhadores, essa é a verdade! Acabou com a política da Atenção Básica em Porto Alegre, que é subsidiada pelo governo federal, independente de quem quer que seja, em 95% do recurso, Ver. Moisés. O governo adota uma outra diretriz, terceiriza, entrega a função pública para o privado e, quando acontecem as coisas: “Não é comigo. Eu vou ver quem é que está lá naquela região, qual é o hospital que está gerenciando, para saber por que está demorando oito horas para atender, por que falta funcionário”. Se é do poder público, uma ação pública, uma entidade de direito público, eu sou o poder público gestor e entendo que trabalhadores que fizeram concurso, Ver.^a Lourdes, eu chamo, porque tem um banco de recursos humanos, para poder suprir a falta do médico, do trabalhador. Virou um absurdo! Faltam servidores em todas as regiões da cidade, como faltam na área da educação. Mas aí o líder do governo vem aqui dizer que a oposição encaminhou o recurso, para poder dizer dessa inconstitucionalidade. Não. A oposição estava debatendo uma alternativa, essa foi a verdade. Perdemos, mas o governo acabou fazendo o quê? Tendo um julgamento prévio no Supremo Tribunal Federal; ele acompanhou sem terminar o mérito da discussão, também concorda na extinção do IMESF. Ele não foi extinto ainda, essa é que é verdade, tanto é que o próprio poder público, Janta, o seu prefeito, se convenceu que era preciso absorver parte desses trabalhadores e mandou um projeto de lei para cá, absorvendo parte deles, e nós aprovamos, um número significativo de agentes comunitários e agentes de endemias, inclusive além dos 81 agentes de endemias, mais 30, e não chamou eles, e olha que o agente de endemias combate o quê? Mosquito da dengue, tuberculose e uma série de patologias que até então são um problema para a cidade, onde a maior parte das capitais tem mais de 600 trabalhadores só nesta área, e em Porto Alegre sabem quantos têm? Oitenta e um. É preciso, sim, Ver.^a Mônica, que o nobre secretário Sparta lute muito, porque alguém está indo contra ele. Eu sou a favor da luta de ampliação da porta da frente para o cidadão, e não ir lá num pronto atendimento terceirizado e ficar 8 horas, ser recomendado a voltar para unidade de saúde. É lamentável isso. Por favor, vamos utilizar os recursos que têm – 15% da Peça Municipal e os recursos que vêm de fundo a fundo, que não são poucos. Na Estratégia Saúde da Família, 95% é do governo federal, e vamos aqui ter coerência na fala. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Registro a presença do Ver. Maicon Zamboni, do PP, do município de Santa Rosa, RS. Seja bem-vindo.

O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 031/21, pelo governo.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sejam bem-vindos, vereadores do interior do Estado, presidente da Câmara de Municipal de Santa Rosa. Na segunda-feira, este negócio da *fake news*, é *fake news* pra cá, é *fake news* pra lá neste microfone aqui, que não vai a lugar nenhum pelo jeito. O Ver. Aldacir Oliboni insiste na *fake News* de que nós acabamos com a Atenção Básica de saúde. Nós ampliamos o atendimento até as 22h, uma lei deste vereador, que mudou a Lei Orgânica do Município, e o vereador disse que o governo não esperou o mérito. Ver. Oliboni, já transitou em julgado, já acabou, não tem mais nenhum tipo de recurso, não tem mais nada para fazer. Quando a gente fala que a oposição proporcionou esta ação na justiça, é porque as entidades que proporcionaram essa ação na justiça são entidades ligadas à oposição. Em nenhum momento a oposição sentou com essas entidades, inclusive o Sindicato dos Municipários de Porto Alegre, o Sindisaúde, entidades historicamente ligadas à oposição. Em nenhum momento a oposição fez um debate com essas entidades, em nenhum momento a oposição foi capaz de dizer que isso não vai dar certo, isso não vai levar a lugar nenhum. Nós estamos mantendo a política de atendimento às pessoas, agora o que nós não podemos é esperar ter concurso público, o que nós não podemos é esperar fazer um concurso público que nós sabemos como é que é, entra alguém na justiça, cancela o concurso, faz de novo, e a população precisando de atendimento. Quem está atendendo lá na ponta é quem atende as pessoas nos hospitais de Porto Alegre. Quem estava atendendo uma parte de unidade básica de saúde era o Grupo Hospitalar Conceição, quem estava atendendo uma parte na Lomba do Pinheiro era a empresa em que o Ver. Oliboni trabalhou muito tempo, Hospital da PUC; quem está atendendo é o Hospital Vila Nova, é o Divina, onde as pessoas vão, quem entende de saúde. E cabe a nós, cabe à secretaria, cabe aos órgãos controladores fiscalizar isso. Agora, não cabe a nós tirar o direito da população de ser assistida. Não cabe a nós, pela burocracia que existe por leis, que a população espere, a população não consegue mais esperar. E o prefeito Ary Vanazzi foi muito preciso quando ele diz que nós estamos com demandas reprimidas na saúde em função da covid, da pandemia de covid. Não se fazia cirurgias, ninguém tinha problema cardiológico, ninguém tinha problemas de câncer, ninguém tinha problemas de circulação, ninguém tinha problemas neurológicos, tudo era covid! Ficou essa demanda reprimida, ficaram as sequelas da covid. E aí vem a questão de tempo, de temperatura; todos nós sabemos como é esse período. E lá no início da covid, o que mais temia quando chegou a covid no Brasil, chegou no verão, depois do carnaval, era esse período, quando chegasse no período do outono/inverno, a lotação que teria nos hospitais, algo que aconteceu, em função da covid. Agora, dizer que o governo tem que seguir mantendo o recurso que esta Casa deliberou por quatro anos, num programa, numa instituição que não existe mais, não tem como! É querer que o prefeito seja apontado, é querer que o Tribunal de Contas diga para o prefeito que ele

está fazendo algo ilegal; e a partir do momento em que é transitado em julgado, o prefeito está fazendo algo ilegal. Então, viemos aqui, em nome da liderança do governo, encaminhar para que a Câmara de Vereadores apoie e aprove esse projeto que tira, simplesmente, os recursos do IIMESF, que não existe mais, colocando-os nas unidades básicas de saúde, nos prontos atendimentos, principalmente nos agentes de saúde da família. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PLE nº 031/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a apuração nominal.) Sr. Presidente, 21 votos **SIM**, 10 votos **NÃO** e 01 **ABSTENÇÃO**.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): APROVADO o PLE nº 031/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo, ao PLCE nº 016/21.

Apregoo PLL nº 239/22, autoria da Mesa Diretora.

Apregoo o Projeto de Resolução nº 031/22, de autoria da Mesa Diretora.

Apregoo Requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo, deferido pela presidência, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01 ao PLCE nº 016/21.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0717/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 016/21, que revoga o inc. XX e o § 2º do art. 21 da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973. **(Revogação/Programa UNIPOA) (SEI 118.00215/2021-37)**

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Felipe Camozzato: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 27-09-21 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em discussão o PLCE nº 016/21. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, colegas vereadores e vereadoras. Este projeto que ora estamos em discussão trata de um programa que foi criado no governo José Fogaça. São poucos os vereadores que estavam aqui naquela ocasião, a Ver^a Mônica deve lembrar, inclusive seu pai era vereador, Pedro Américo Leal. Quem era secretário naquela ocasião era o Dr. Newton, professor da PUC, foi vereador aqui da Casa e depois secretário do governo Fogaça. Esse programa ora constituído tinha como objetivo criar bolsas de estudo para estudantes. Por sua vez, agora, no apontamento do Ministério Público de Contas, ele disse que não havia um regramento e ao mesmo tempo uma prestação de contas das próprias universidades, no caso do governo e das próprias universidades, quando absorvida a questão das bolsas de estudo.

Hoje, Ver. Jonas, são mais de 1.200 estudantes utilizando essas bolsas de estudo. Ainda bem que o Tribunal de Contas está dizendo para manter essas bolsas e recomendando ao governo municipal fazer os ajustes para extinguir ou fazer os ajustes para legalizar essa questão. O governo municipal achou melhor extinguir. Por que será que o governo achou melhor extinguir esse programa? Na época, agora recentemente, antes de ser deputada, a Ver.^a Sofia Cavedon apresentou um projeto de lei aqui para que essas bolsas fossem dirigidas para educadores da educação infantil, professores da educação infantil, para poder legalizar, em tese, essa inconstitucionalidade que o governo está dizendo que é impossível corrigir. Se o Tribunal de Contas faz um apontamento, a gente sai correndo para poder resolver. Não, o governo aqui foi pelo mais fácil, extinguir o programa. Está atingindo, sim, milhares de estudantes que eram contemplados por bolsa de uma universidade. Isso só o ProUni que dá, Ver. Jonas, programa que o governo federal fez. Isso é lamentável, as pessoas têm que saber dessas coisas, porque, às vezes, ficam defendendo o governo que não olha para os mais pobres. Ou será que as bolsas vão para os ricos? Tem que comprovar renda, não tem renda, vai para os mais pobres.

Então, nesse sentido que nós lamentamos essa iniciativa de o governo extinguir um programa que beneficiou mais de 1.500 formados, mais de 1.200 que estão cursando o curso e milhares que poderiam vir nos próximos anos. Então eu sugiro que a gente vota contrariamente. Isso aqui é uma enorme contradição. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Quero anunciar a presença também do Ver. Deinner Jarbiel Maurer, do município de Quinze de Novembro. Seja bem-vindo.

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 016/21.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha a sessão, principalmente as pessoas que acreditam na importância da educação, na importância da formação humana, profissional para se construir como cidadão. Faz parte da sociedade ocupar espaços, ter profissões, mas eu só posso lamentar que pessoas públicas estejam assinando tal projeto de lei. Lamento! O Estado brasileiro se equivoca quando, na verdade, deveria promover mais educação. Propõe menos educação e não propõe nada no lugar. Eu falo com conhecimento de causa, porque sou professor, porque fiz ensino superior graças ao Programa Universidade para Todos – Prouni, do ex-presidente Lula, sim. Fiz licenciatura em música, paga com dinheiro público, em universidade privada – Prouni! E agora querem acabar com a espécie de Prouni que aqui em Porto Alegre nós tínhamos. Nós tínhamos, porque o fomento é baixíssimo. Porto Alegre, tendo 1,5 milhão habitantes, não pode prescindir de fomentar educação em todos os níveis, em todas as etapas, mas não é o que a gente vê. Só na educação infantil, nós vemos faltar cinco mil vagas. A Prefeitura encerrou as matrículas de ensino médio nas duas escolas em que havia – eram só duas e encerrou! –, ao invés de descentralizar o acesso à educação, de promover junto às instituições de ensino superior uma discussão séria sobre como Porto Alegre pode ser uma capital da educação de verdade. E ainda dizem que a cidade é educadora, se estão aqui querendo encerrar um programa importante de concessão de um benefício para formar profissionais. E a secretária de educação sequer sentou aqui, o prefeito sequer sentou aqui para dizer que tem uma alternativa a isso. Aí, alguns vão dizer assim: “Não, com relação ao ensino superior a responsabilidade não é do Município!” Alto lá! As pessoas moram em Porto Alegre, se não é responsabilidade, é necessário pensar uma solução para garantir que as pessoas estejam dentro das universidades de fato. Nós estamos vendo muitas universidades quebrarem porque não têm incentivo. E esse programa era um incentivo. Quando uma pessoa está dentro de uma escola, quando uma pessoa está dentro de uma universidade, significa que o futuro será melhor não apenas para essa pessoa, mas para a sociedade como todo, porque é dentro das instituições de ensino que se fomenta a ciência, o conhecimento, a tecnologia, a cultura para fazer avançar a sociedade. Então, aqueles que se juntam para ter menos educação, menos fomento às políticas públicas para os estudantes, para o povo trabalhador, esses, na verdade, precisam da ignorância como uma bengala para se manterem apodrecidos nas estruturas de poder, para se manterem fazendo aquilo que a gente conhece como a velha política. Quando as pessoas têm, através da educação, a libertação da sua consciência, isso ameaça o *status quo*, ameaça o poder estabelecido, ameaça os poderosos.

Então, tem gente que comemora a cada pessoa que abandona a universidade, cada pessoa que não ingressa num banco escolar, porque é aí que ele se alimenta, é aí que se mantém no poder. E isso eu só posso lamentar, como professor, como ex-estudante de escola pública, como ex-usuário, como pessoa que aproveitou os programas de fomento à educação de qualidade dos governos federais do PT. E digo mais: mestrado e doutorado também fiz com auxílio federal. E isso foi importantíssimo. Se hoje eu posso dizer algumas coisas da educação com propriedade é porque eu tive

acesso, através da educação pública. E é isso que a gente quer mais e mais: fomento; e não cortes. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 016/21.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Boa tarde, Presidente, colegas vereadores. Eu não vim aqui, popularmente, tocar flauta no nosso trompetista, o Ver. Jonas Reis, nosso professor de música, mas eu vim dizer novamente que “Pau que bate em Chico também bate em Francisco”. Isso foi uma decisão do Pleno, do nosso Tribunal de Contas do Estado, onde teve seis procuradores que fizeram esses apontamentos. A oposição quer que o governo descumpra a lei. Esses discursos que foram feitos aqui iam ficar muito bom lá no Pleno do Tribunal de Contas. Explicando: é o Tribunal de Contas que aponta, o procurador-geral Da Camino aponta que cabe ao Município de Porto Alegre o atendimento prioritário de ensino fundamental, a educação infantil, e não, o Ensino Superior.

Eu subo aqui como vereador do Solidariedade e líder do governo com muita autoridade e muita autonomia, porque votei contra esse projeto por entender que não cabe ao Município dar curso superior. Agora, dizer que, a partir de amanhã, as pessoas não vão mais ter acesso à educação é novamente uma *fake news*, porque o Tribunal, na sua letra B, recomenda ao gestor que adote medidas cabíveis visando a descontinuidade da forma do Programa Unipoa. Esse mesmo tribunal impôs uma multa a José Fortunati e Nelson Marchezan, de 2015 a 2019, de R\$ 500,00 por gestor, pelo período que não cumprir essa determinação e essa recomendação aonde o tribunal, em mais três letras, determina que seja de fato extinto esse programa. Então não estamos fazendo nada aqui porque o governo é malvado, porque o governo não quer que as pessoas estudem; pelo contrário, nós estamos cumprindo uma determinação, nós estamos abrindo mais seis escolas infantis que estavam fechadas, vamos entregar à população de Porto Alegre; nós aumentamos o repasse para as escolas infantis; nós estamos cumprindo a nossa parte, como educação, no Município de Porto Alegre. Agora nós não vamos descumprir a lei, não é o papel deste governo descumprir decisão. Decisão judicial se cumpre, decisão judicial simplesmente se acata. Nós recorremos, perdemos, e eu, na época, votei contra, porque eu entendo que não é o papel do Município custear o ensino superior. Esse papel - o Ver. Jonas fala muito bem aqui - é de programas da União, e, entre eles, temos aí o ProUni, que tem ajudado milhares de pessoas a alcançar a universidade. Esperamos que haja programas não somente na universidade, mas que volte a ter incentivo à escola técnica, que possamos ter pessoas qualificadas para trabalhar em vários ramos, o que hoje não se consegue. Nós estamos com o feirão do Sine, o Município de Porto Alegre. No último feirão, nós ouvimos mais de 1.300 pessoas, foram entrevistadas, preencheram, mas nem 10% disso foi aproveitado, foi absorvido, pelas empresas por falta de qualificação profissional. Então nós precisamos investir muito na questão da

qualificação profissional, ter políticas do Sine que venham do Ministério do Trabalho e Emprego, que venham da Secretaria Estadual do Trabalho e Emprego, isso, sim, nós precisamos ter, muito investimento nas escolas técnicas. E estamos aqui cumprindo decisão dos procuradores que encaminharam, junto ao Tribunal de Contas, quando o Tribunal de Contas decidiu pela extinção desse programa. Unicamente, o que nós estamos fazendo, como foi criado esse programa em forma de lei, nós estamos extinguindo essa lei. Seria isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM(MDB): O Ver. Robaina está com a palavra encaminhar a votação do PLCE Nº 016/21

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Cecchim, boa tarde, vereadores, vereadoras; o Ver. Janta falou várias vezes hoje, quatro, cinco vezes na tribuna. Eu vou ver, mas acho que o Ver. Janta se enganou sobre o seu voto a esse projeto, porque eu acho que a Câmara votou por unanimidade – e a assessoria me corrija se eu estiver errado –, pois esse foi um bom projeto do Marchezan, um projeto surpreendente. O Ver. Moisés deve estar lembrado, todo mundo aprovou, beneficia mil alunos! Eu sempre prefiro a universidade pública, a escola pública, mas esse é um mecanismo que o governo anterior escolheu, que beneficia mil alunos, para que possam estudar na universidade. Aí o prefeito Melo fez o quê? Ele se baseou num parecer do Tribunal de Contas – e não é verdade que é um parecer definitivo, ao contrário –, que fez uma inspeção especial e definiu que não podia ter, que estava errada a política fiscal do governo nesse caso; mas ele disse que estava errada, porque o governo precisava apresentar o relatório do impacto financeiro. Bastava apresentar um balanço do impacto financeiro e a ilegalidade terminaria. O governo se recusa a fazer isso e aproveita um questionamento do tribunal para extinguir o projeto. Eu percebi que a Ver.^a Cláudia tinha uma emenda... Sei que a emenda da Ver.^a Cláudia sumiu, porque ela retirou – sumiu a emenda –, e eu queria votar na emenda da Ver.^a Cláudia, que dizia um negócio que é básico: pelo menos os estudantes que estão utilizando esse benefício poderiam utilizar até o final. Confesso que não vejo razão para retirar a emenda da vereadora, acho que a emenda da vereadora é boa, mas ela retirou a emenda, e o governo se aproveitou de um questionamento do tribunal para prejudicar mil alunos. Depois o Ver. Janta disse que a universidade não é uma obrigação do Município. É verdade, legalmente não é uma obrigação, mas, quando existe um benefício para mil alunos que estão utilizando esse benefício para estudar, o governo Melo vem cortar esse benefício com um argumento que não é verdadeiro; o Tribunal de Contas não mandou acabar o programa, o Tribunal de Contas mandou que o governo apresente o impacto financeiro. Evidentemente que nós vamos rejeitar esse projeto, quero que a Câmara tenha juízo a favor da educação e rejeite também.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 016/21.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente Cecchim, colegas vereadores e vereadoras, subo à tribuna só para explicar ao meu colega, Ver. Robaina, por que foi retirada a emenda. Conversando agora com a Secretária da Fazenda, trouxe os dados para nós, desde 2017 não tem mais concurso vigente. Ou seja, não tem a necessidade de se manter a emenda porque nós não temos estudantes utilizando esse programa. Por esse motivo a emenda foi retirada, porque ela não contempla nenhum estudante. A emenda era para garantir o direito que o MP determinou, para que quem estivesse no programa fosse mantido. Como não tem ninguém utilizando esse programa, pela determinação que me passaram, não tem por que ter a emenda. Por isso foi retirada a emenda, Ver. Roberto Robaina. As informações que tenho é que não tem. E o que eu disse: se houver, já há o apontamento do MP e vamos cobrar e fiscalizar isso. Mas não existem essas bolsas. Havia muitos alunos que estavam recebendo a bolsa e que não poderiam estar contemplados, porque não faziam parte do CadÚnico, ou seja, da vulnerabilidade necessária. Eles estavam recebendo e também têm que ser retirados desse programa. Foi estudado antes, foi verificado para que não se prejudicasse ninguém, porque o entendimento é esse. Mas, como bem disse já aqui o Ver. Claudio Janta, líder do governo, nós não podemos manter esse programa, senão haverá um apontamento porque é irregular. Não podemos manter, por isso está sendo revogado, e a emenda é justamente porque nós não temos ninguém contemplado desde 2017. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Para esclarecer, Ver. Roberto Robaina, esse programa foi instituído no governo Fogaça e não do Marchezan. Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PLCE nº 016/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a apuração nominal.)

Sr. Presidente, 23 votos **SIM** e 10 votos **NÃO**.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): APROVADO o PLCE nº 016/21.

Registramos a intenção do Ver. Mauro Zacher e da Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino de votarem favoravelmente ao PLCE nº 016/21.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 16h09min: Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0088/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 022/21, de autoria do Ver. Jonas Reis, que estabelece a obrigatoriedade de realização do processo seletivo público para estágios não-obrigatórios da Administração Pública Municipal. (SEI 210.00037/2021-22)

PROC. Nº 0192/22 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 004/22, que altera o § 1º do art. 15, o inc. I e o § 7º do art. 56, o *caput* do art. 59 e o art. 77, inclui o art. 17-B e o subitem 11.05 na Lista de Serviços e revoga as als. *a* e *b* do inc. I do art. 56, todos da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973, que institui e disciplina os tributos de competência do Município; altera os incs. I e II e o *caput* do § 1º e o § 2º no art. 2º, o inc. IV do art. 3º, o § 3º do art. 7º, o *caput* do art. 8º, a al. *a* do inc. I do art. 9º e o § 3º do art. 20, inclui os §§ 5º e 6º no art. 2º, os §§ 6º e 7º no art. 4º, o § 5º no art. 5º, o parágrafo único no art. 8º e o § 2º no art. 16, renumera o parágrafo único para § 1º no art. 16, todos da Lei Complementar nº 534, de 28 de dezembro de 2005, que cria e institucionaliza o Tribunal Administrativo de Recursos Tributários do Município de Porto Alegre; e revoga os incs. VI, XVI e XX e os §§ 8º e 9º do art. 1º e o art. 1º-A da Lei Complementar nº 306, de 23 de dezembro de 1993, que institui hipóteses de responsabilidade pelo pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e dá outras providências, para adequar à atual estrutura administrativa municipal, dispor sobre lançamentos retroativos de IPTU e TCL, alterar a penalidade no que respeita ao IPTU e adequar a legislação municipal à Lei Complementar Federal nº 183, de 2021, que explicita a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) sobre o monitoramento e rastreamento de veículos e carga. **Com Mensagem Retificativa nº 01.** (SEI 118.00223/2022-64)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 1367/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 622/21, de autoria do Ver. Mauro Zacher, que institui a Política Municipal de Cuidado Integral às Pessoas com a Doença de Alzheimer e Outras Demências no Município de Porto Alegre. (SEI 042.00064/2021-10)

PROC. Nº 0410/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 214/22, de autoria do Ver. Luiggi Bertaco, que denomina Praça Maria Inês Bittar o logradouro público não cadastrado conhecido como Praça Quatro Mil Trezentos e Dezesseis, localizada no Bairro Teresópolis. **Com Emenda nº 01, do Ver. Márcio Bins Ely.** (SEI 281.00005/2022-47)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, hoje é o Dia Mundial dos Oceanos. Conforme foi estabelecido pela Organização das Nações Unidas, esse dia mundial tem como tema a revitalização, a ação coletiva para o oceano. O objetivo da ONU é incentivar a reflexão sobre a importância da conservação das águas marinhas do planeta, chamando a atenção para a questão ambiental. Todos os continentes são banhados por oceanos, então esse é um assunto de interesse global, tamanha a importância para os seres humanos da relação com mares e oceanos, seja por contemplação, transporte, turismo ou exploração da cadeia produtiva em alimentos ou petróleo, por exemplo. Mas temos que nos preocupar, principalmente, em relação à vida marinha, pouco falada nos meios de ativismo, em poucas entidades, se vê mais em programas de TV: os seres aquáticos, como as diversas espécies de peixes, baleias, entre tantos outros e também as aves migratórias, que cruzam os oceanos e habitam ilhas e terra firme.

Falando em oceanos, tivemos o caso aqui no litoral de uma foca albina que veio descansar no balneário Pinhal e foi atacada – alguns acham que por cães, outros acham que por humanos –, mas está sob cuidados, em atendimento. Também um leão marinho, em Tramandaí, veio descansar na orla. O Ceclimar, que é o órgão que cuida dos animais marinhos no litoral, orienta para que não se deve alimentar esses animais. Então a relação marinha é próxima de nós que vivemos no Estado banhado pelo Oceano Atlântico, embora o planeta se chame Terra, a maior parte do planeta é ocupada por água dos oceanos. Por isso devemos estar atentos às mudanças climáticas que afetam as águas oceânicas, e atentos às mudanças também à troca de calor, provocada pela emissão de gases na atmosfera e, conseqüentemente, o aquecimento global e os impactos nos ecossistemas marinhos. Segundo o boletim, nosso clima e tempo em 2021, emitido pela Organização Meteorológica Mundial, os oceanos absorvem 90% do excesso de calor no sistema climático da Terra e mais de um quarto de gás carbônico emitido anualmente pela produção humana. Estudos sobre mudanças climáticas mostram que o aumento da temperatura dos oceanos é o estopim para uma série de impactos ambientais nos ecossistemas marinhos, e no clima terrestre de forma geral. Um exemplo, uma das primeiras conseqüências que podem ser observadas é o aumento do nível do mar, devido à expansão térmica de água das geleiras nos polos do planeta. Outra conseqüência de águas marinhas mais quentes é o aumento da frequência e intensidade de eventos climáticos que podem causar catástrofes, como ciclones tropicais, tempestades, marés altas, inundações em cidades costeiras. A água do mar funciona como um condutor térmico, transporta energia em forma de calor nas regiões mais quentes para as mais frias, e vice-versa. O oceano quente demais pode provocar anomalias, porque o calor em excesso é transferido para a atmosfera através de grandes tempestades, furacões, tufões, como já mencionei, que podem causar muitos estragos no

continente. Recentemente tivemos no Brasil temporais que atingiram cidades no Rio de Janeiro, na Bahia, no Sudeste e no Nordeste do País, e continuam lá para cima os problemas sérios de inundações, mortes, morros que descem e derrubam casas ribeirinhas - muito triste a situação. E aqui no Rio Grande do Sul há pouco mais de um mês a aproximação de um ciclone subtropical.

Então eu queria chamar a atenção para essas catástrofes que podem causar danos e mortes, e aí já é tarde para se tentar reverter. Tem um auxílio inicial, mas depois as pessoas ficam sem casa, sem eira nem beira, com auxílio social, e é muito triste. Então, deixo uma mensagem como reflexão, de como podemos intervir no planeta com mais respeito às pessoas, aos animais, enfim, ao nosso planeta. Aproveito, para encerrar, convidando todos amanhã, às 17h, teremos também uma homenagem especial neste plenário pelo cinquentenário de um grupo culturalmente tradicionalista, que são Os Monarcas, e nós estaremos dando o Prêmio Tradicionalista Glaucus Saraiva. Todos estão convidados e obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Antes de passar para o próximo inscrito, alguns avisos. Para a segunda-feira, eu convidei o secretário municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade e o diretor-presidente do DMAE para estarem no período de Comparecimento, no início da sessão.

Outro aviso é que abriremos o SEI para os vereadores que não desejarem receber a reposição inflacionária, para poderem devolver o dinheiro que já foi na sua conta para a Prefeitura Municipal.

Queria convidar o vereador mais antigo aqui, o Ver. Pedro Ruas, para presidir os trabalhos, em homenagem à oposição.

(O Ver. Pedro Ruas assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Colegas vereadores, telespectadores da TVCâmara, Presidente em exercício Pedro Ruas, satisfação eu estar aqui com a Casa sendo presidida por V. Exa., que já foi deputado, é o nosso vereador mais antigo.

Hoje, às 18h, o orgulho de estar representando a Mesa Diretora, a nossa Câmara Municipal, a Casa do povo, o Poder Legislativo Municipal, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, num importante evento, que é a instalação da Frente Parlamentar em Defesa do Empreendedorismo e da Liberdade Econômica, cuja iniciativa é de um deputado do meu partido, Rodrigo Lorenzoni. Essa frente é importante, porque ela tem o objetivo de ampliar as discussões voltadas à construção de um ambiente de negócios que favoreça o aumento de emprego e renda no Estado. Todos

nós sabemos que o nosso País, o nosso Estado, a nossa cidade, sofreram muito com a pandemia e, principalmente, com o fecho tudo da esquerda. Sofremos muito e estamos pagando o preço agora. Após a cerimônia, que acontecerá no Plenarinho da Assembleia Legislativa, acontece o painel da liberdade, mediado também pelo deputado do meu partido, Rodrigo Lorenzoni, que é autor da Lei de Liberdade Econômica no Rio Grande do Sul. Teremos a participação do nosso Prefeito, Sebastião Melo, como um dos palestrantes, além da participação do ex-Secretário de Licenciamento de Santa Maria, o Ewerton Falk, do presidente da CDL, Irio Piva, e do fundador da Associação Gaúcha de Varejo, Vilson Noer. Essa iniciativa é um exemplo muito importante do que se espera dos nossos representantes da Assembleia Legislativa, qual seja, uma atuação alicerçada na liberdade e na luta pela desburocratização, marcas do nosso partido e do Presidente Jair Bolsonaro, em apoio ao empreendedorismo de todas as regiões para atrair investimentos e gerar emprego e renda. Então, estaremos lá às 18 horas, estão todos convidados, com a presença do nosso Prefeito, para esse evento importante, e, após, um painel importante sobre liberdade econômica. Porque o Brasil, o Rio Grande do Sul e Porto Alegre não podem parar.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): O Ver. Moisés Barbosa está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, presidindo os nossos trabalhos, Ver. Pedro Ruas, colegas, eu peço o auxílio técnico, aqui da Câmara, para dividir com vocês duas imagens aqui no telão. Hoje, na reunião de líderes - e agradeço aqui o espaço de liderança da nossa bancada, Ver. Gilson Padeiro -, eu fiz um apelo ao líder do governo, Ver. Cláudio Janta, e também ao Presidente do Parlamento da capital, Ver. Idenir Cecchim, que conhecem esse tema, e eu tenho certeza de que vários vereadores aqui, incluindo o Ver. Pedro Ruas, que também conhece esse tema, e o tema que está em tela ali é a divisa de Porto Alegre e Viamão, na região conhecida como as Quirinas. Nessa região, nos últimos anos, houve uma interferência equivocada de delimitar a divisão dos dois municípios, e existem dois projetos importantes que tratam desse tema aqui na Casa, que eu gostaria muito de pedir que o Poder Executivo os priorizasse. Para vocês entenderem o tamanho, e aquelas fotos ao lado, quero chamar a atenção, vocês podem ver que, em 2015, já era tema também a questão do Parque Saint'Hilaire. À Mesa ali, estou eu, o ex-prefeito de Viamão Valdir Bonatto, que, na época, era prefeito; o prefeito Fortunati e, do lado de cá, o atual prefeito, Sebastião Melo, que era o vice-prefeito na época, quando já se falava sobre a questão do Parque Saint' Hilaire. São dois projetos importantes que têm a ver com Porto Alegre e com Viamão que estão aqui, e eu peço que os colegas já estudem esses dois temas, um deles de extrema importância. Nos últimos sete anos, a gente fez a defesa de que o parque Saint'Hilaire, que sempre foi uma propriedade de Porto Alegre no território de Viamão, possa ser de gerenciamento de Viamão, receber investimentos, toda a recuperação,

como uma unidade, como um parque, para que tenha PPPs, e está aqui na Casa. Importante que a gente enfrente esse tema. O outro projeto, o das Quirinas, olha o absurdo, peço atenção, inclusive, do Ver. Pedro Ruas, que conhece a região. Temos aqui também o Jessé, que conhece a região, dos que estão aqui acho que são dois vereadores que conhecem bem essa questão.

Quando o Idenir Cecchim era secretário extraordinário do gabinete do governador Sartori, ele recebeu essa pauta, nós levamos lá, sempre foi um acidente geográfico a divisa, e, tecnicamente, alguém resolveu passar uma caneta na rua, Ver.^a Cláudia, cinco ruas ficaram sem atendimento de saúde nos postos. São contribuintes que pagam DMAE para Porto Alegre, IPTU para Porto Alegre e que teriam que pegar um ônibus até o centro de Porto Alegre e outro ônibus para o centro de Viamão, para tentar um atendimento. Então, os dois prefeitos, o ex-prefeito Bonatto e o atual prefeito Melo, tiveram um entendimento nessa pauta. A Beatriz me enviou, moradora das Quirinas, para ter uma ideia, no Google, hoje, o CEP dela é das duas cidades. É uma confusão, e os dois gestores municipais chegaram a um acordo com as procuradorias, e esse tema está aqui.

Então eu peço que os vereadores estudem, que a gente vai conseguir ajudar essas comunidades do entorno das Quirinas, que precisam, de uma vez por todas, ter a sua regularização como Município de Porto Alegre para ter a continuidade dos atendimentos do serviço público. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do advogado Índio Vargas; grande advogado, grande militante político, foi vereador nesta Casa, cassado em 1969 pela ditadura militar, preso político, particularmente um grande amigo pessoal.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Presidente, eu gostaria de fazer uma retificação na votação do PLCE nº 016/21. O Ver. Mauro Zacher havia votado tempestivamente pelo *chat*, pelo que então passamos a computar o seu voto, que passa a ser o resultado final de 23 votos **SIM** e 10 votos **NÃO**.

PRESIDENTE PEDRO RUAS (PSOL): Visivelmente não há quórum. Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h28min.)

* * * * *